



MINISTÉRIO
PÚBLICO DA
PARAÍBA

A MANIFESTAÇÃO CIDADÃ NO MPPB

JOÃO PESSOA-PB

2014



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

A MANIFESTAÇÃO CIDADÃ DO MPPB

JOÃO PESSOA-PB
2014



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Bertrand de Araújo Asfora

1º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Nelson Antônio Cavalcante Lemos

2º SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

José Raimundo de Lima

CORREGEDOR-GERAL

Alcides Orlando de Moura Jansen

OUVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Doriel Veloso Gouveia

SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Carlos Romero Lauria Paulo Neto

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

José Raimundo de Lima

Lúcio Mendes Cavalcante

Diagramação: João Damasceno

Capa: Euclécio Fernandes

Diagramação Digital (2024) - Geraldo Alves Flôr (DRT-5152/98)

Palavra do Gestor.....	6
Apresentação.....	8
Relatório Analítico (1º Semestre do ano de 2013.....	10
Relatório Analítico (2º Semestre do ano de 2012.....	19
Análise comparativa entre os dados apurados (1º Semestre 2013 e o 2º Semestre 2012 sobre as manifestações identificadas e as anônimas).....	29
Relatório Analítico (2º Semestre 2013).....	35
Análise comparativa entre os dados apurados (1º Semestre 2013 e o 2º Semestre 2013 sobre as manifestações identificadas e as anônimas).....	44
Encaminhamentos e avaliações.....	49

O fato de se divulgar relatórios analíticos de um Ouvidor, por meio de um impresso como o presente, tem o condão, de, sobretudo, tomar conhecida a razão da existência de uma Ouvidoria, em qualquer que seja o setor de seu funcionamento. Fica assente e patente que essa importância tem razão que se sobreleva à imediata serventia a que se presta o órgão, para o cidadão. Este, nos casos concreto de suas pretensões, tantas vezes movidas e produzidas pelo aguilhão da necessidade urgente, não fica atordoadado, qual um desvalido, pois o Ouvidor não se desvia da atenção e do cuidado que ele merece; porém, numa etapa sucessiva e tanto importante quanto a do impacto do momento de uma necessidade, faz o Ouvidor prosseguir o seu trabalho no afã de reunir, de forma sistemática, analítica, a totalidade de manifestações, nos seus diversos e variados assuntos. Trata-se de tarefa que chega a desafiar a atenção e o cuidado do Ouvidor, já que, todos os dias, ele não pára de receber manifestações e estas são bem variadas; variadíssimas, melhor seria dizer.

Cuide-se, por isso, que um trabalho de tal natureza não sofra interrupção, pois, na medida em que se somam os dados apurados, em cada semestre, propicia-se o surgimento de um campo de observação mais largo, de uma utilidade ímpar para quantos sejam os agentes capazes em consolidá-los e traduzi-los em propostas e em projetos que ajudem a melhorar a gestão.

Importante frisar que desse trabalho surte, eficaz, e com índole essencialmente democráticas, a certeza de que se não está em atividade gerencial de improviso, só porque de tal modo e de tal maneira pretenda o gestor; claro que ele não há de se ver substituído, mas também deve se mostrar sensível à avaliação desse conjunto de força que advém diretamente do cidadão, agora nem tanto considerado individualmente, mas como fruto de uma observação que não despreza a força das tendências naturais e espontâneas. E é assim, pois, que, no curso do tempo que não pára, se vão somando essas tendências que tanto ajudam ao gestor, quanto mais lhe legitima a representação durante um mandato e o seu correspondente viés gerencial.

Alvíssaras, realmente, para a nossa ordem jurídica, que alcançou a excelência de um sistema de poder que, ao lado do sistema de representação, sem nenhum cunho de fazê-lo subalterno, substituído, permite a coexistência de um sistema de participação dos cidadãos, dando margem a esse testemunho que nesta quadra presente de nosso Estado Democrático de Direito estamos, orgulhosos, usufruindo.

Oxalá não se apague a chama que faz viva a atuação do cidadão; e que as Ouvidorias, de um modo geral, permaneçam nesse notável desempenho, a poto de se tornarem corriqueiras, sendo vistas, naturalmente, por todos os tipos de gestão e de gestores, deste país, como elementos de suporte indispensáveis na concretização da mais sadia democracia que se pode viver.

Estamos todos alertas para o papel importante que todos desempenhamos, numa evidente demonstração da consciência quanto a serem os cidadãos as peças indispensáveis, pois a razão de ser do nosso desempenho funcional não tem suporte no interesse próprio de cada um de nós, mas na grandiosa massa dos homens e das mulheres que, a cada dia, vão monitorando, com sabedoria de povo e de massa, os direitos e os deveres que precisam ser não somente respeitados, mas efetivamente garantidos.

Parabeniza-se, portanto, cada impulso, cada mover, cada iniciativa cidadã, pois isso nos anima na construção de propósitos de gestões realmente produtivas de satisfações, isto reflete realmente a certeza de que o imediatismo não prevalece, porque o que conforta realmente é que se viva bem no presente, sem olvidar que esse bem possa prosseguir a esteira do futuro feliz de futuras reações de nossos filhos e de nossos netos.

Como gestor, e como se possível fosse despir-me da roupagem de uma representação que me legitimaram as intenções votivas e a escolha final, em nomeação, pelo nosso Governante estadual, ou me sentindo privilegiado e confortado pelos dados de que possa dispor, sejam os agora estabelecidos neste impresso, sejam os outros que venham a seguir, pois todos eles – não se enganem os descompromissados com a democracia – são como um oxigênio, do qual também não se podem dispensar os agentes da representação político-institucional.

Bertrand de Araújo Asfora

Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba

Guardamos energia e dedicação ainda não de todo suficientes, para a prática contumaz, reiterada, de cidadãos e de cidadãs, todos os dias, movidos do afã de participarem, de terem uma parcela de contribuição efetiva na construção de nossa democracia participativa. Com isso, vamos firmando – assim pensamos – a noção exata que, interna e externamente, há de vingar como altamente positiva em termos institucionais para o nosso público ministério de todos os dias, também.

Realmente, foi a visão plausível do nosso Congresso Nacional, em poder constituído, que trouxe para o Ministério Público esta porta nova chamada Ouvidoria. Apesar das resistências, as quais decorreram da confusão inicial em que se teimava compará-la com Corregedoria, se tem, hoje em dia, meios de sintonia da Ouvidoria com o mencionado órgão, tão valioso quanto a própria Ouvidoria, cada um, entretanto, no seu inconfundível papel.

O passo maior a ser dado, doravante, é o do reconhecimento de que a posição da Ouvidoria há de ser revista e melhorada, para que se torne despida de qualquer resquício de órgão menor e reconhecida sendo a sua importância fundamental para figurar até mesmo dentre os órgãos da administração superior do Ministério Público. Basta ver a estratégia obtida recentemente em nosso sítio institucional, na *Internet*; ali, como bem se pode ver, ela está como uma porta aberta, bem no centro, apontando a sua total disponibilidade e acessibilidade ao cidadão e à cidadã, estes que são os atores principais a moverem, todos os dias mesmo, a alavanca da democracia participativa.

Nesse presente trabalho, importante, então, é ver da tendência, a busca em que resulte estampada a concentração dos assuntos focalizados, o “*porque*” e o “*para que*” que fizeram com que os cidadãos se movessem e ativassem o seu valioso poder de participar. Por outro lado, importante, também é fazer crescer a consciência do gestor e de todos os órgãos de execução em valorizar cada uma das participações, como nós, na condição de Ouvidor, temos esse privilégio do contato mais íntimo com o cidadão. Nesse trabalho, então, se não é possível entregar, uma a uma, tais manifestações em seu estado bruto, remanesce ao Ouvidor a satisfação de receber todas e cada uma delas, tratá-las, fazendo a análise prévia do assunto focalizado e qual o órgão de execução que bem e melhor lhe corresponda.

Isso tudo nasce da disposição do Ouvidor, sempre receptivo, todos os dias, até mesmo nas madrugadas, pois o canal de comunicação por excelência, o Formulário Eletrônico, permanece no ar o tempo todo e, por isso, não se há de limitar a expediente ou expedientes de serviço; é o *full time* que se assenta obsequioso à enxurrada e à torrente de assuntos muitas vezes inimagináveis. Daí que, dentre os assuntos catalogados, nunca se deixa de reservar um com a denominação **outros**, como sede de uma miscelânea de casos que o guarda-chuva da Ouvidoria os abriga, até em face de não nos prendermos a limitações temáticas, por determinação expressa na Resolução CNMP nº 95/2013.

Em remate, então, queremos dizer que, englobando o presente impresso relatórios analíticos correspondentes a três semestres sequenciados (2º/sem/2012 e 1º/sem/2013 e 2º/sem/2013), se aproveita esse panorama propício a uma abordagem comparativa e assim se faz, ainda que em tímidas considerações.

Doriel Veloso Gouveia
Ouvidor do MP/PB

RELATÓRIO ANALÍTICO

1º SEMESTRE DO ANO 2013



MINISTÉRIO PÚBLICO
DA PARAÍBA
OUVIDORIA

Ofício nº 41/2013

João Pessoa, 10 de outubro de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor **Bertrand de Araújo Asfora**
Digníssimo Procurador-Geral de Justiça
Procuradoria-Geral de Justiça
NESTA

Senhor Procurador-Geral,

Com satisfação, para conhecimento de Vossa Excelência, encaminhamos, em anexo, o Relatório Analítico das manifestações recebidas nesta Ouvidoria no período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de junho deste corrente ano de 2013.

Atenciosamente,

Doriel Veloso Gouveia
Ouvidor do MP/PB

É este o primeiro relatório analítico que estamos produzindo; embora tardiamente (porém não sem tempo, ainda, de uma recuperação), ficamos conscientes da necessidade de, não só doravante mantermos a regularidade dessa providência, semestralmente, como assim de buscar os protocolos válidos do nosso Formulário Eletrônico, desde o momento em que ele foi disponibilizado em nosso site na Internet.

Se, no atual momento, se nos depara um número considerável de assuntos (o qual, em futuro, pode vir a aumentar ainda mais, pelo fato da inexistência de limitação temática em nossa Ouvidoria), tais assuntos, nos próximos relatórios semestrais analíticos, passarão por um processo de comparação, em que se mostrará o seu crescimento, diminuição ou estagnação.

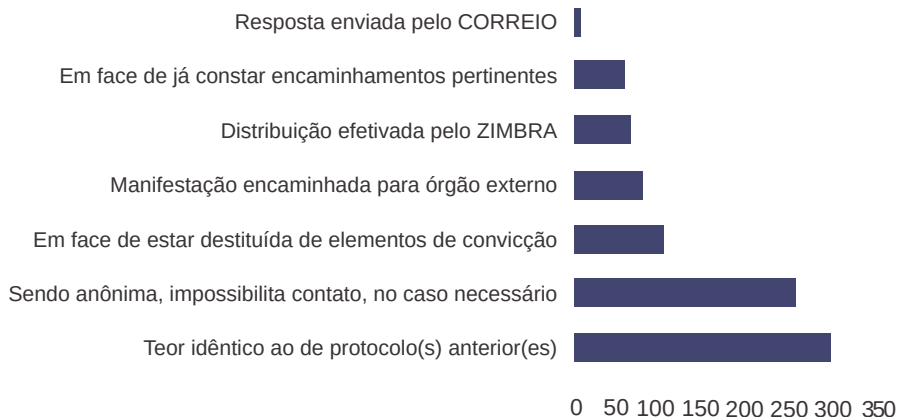
E é exatamente neste ponto e para esta finalidade que guarda serventia indiscutível e de notória importância a anatomia que se empresta a cada manifestação cidadã de que cuida cada protocolo válido, constante em nosso Formulário Eletrônico. Também nisso reside, precisamente, a importância de um relato analítico, em que se processa essa verdadeira anatomia em cada manifestação cidadã, considerada em seu somatório, seja este relativo ao somatório da sua condição de anônima ou de sua condição de manifestação identificada ou de manifestação com pedido de sigilo dos dados de identificação, e, igualmente, aquelas relacionadas aos arquivamentos, com os diversos e constantes motivos utilizados pela Ouvidoria para tal finalidade. Coroando tudo isso, se dissecam, em lista diversa e extensa, os assuntos que os cidadãos e as cidadãs fazem chegar a esta Ouvidoria, como frutos de suas valiosas participações democráticas.

Relatório com os dados compreendidos entre o período de 01/01/2013 e 30/06/2013

I - Total de Protocolos válidos	1603
II - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas	870
III - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas para órgãos internos	782
IV - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas para órgãos externos	86
V - Total de Protocolos válidos com manifestações identificadas	733
VI - Total de Protocolos válidos com manifestações identificadas para órgãos internos	480
VII - Total de Protocolos válidos com manifestações Identificadas para órgãos externos	251
VIII - Total de Protocolos válidos com manifestações Identificadas com pedido de sigilo	234

IX - Total de Protocolos válidos liminarmente arquivados e os respectivos motivos:

Teor idêntico ao de protocolo(s) anterior(es)	312
Sendo anônima, impossibilita contato, no caso necessário	262
Em face de estar destituída de elementos de convicção	103
Manifestação encaminhada para órgão externo	79
Distribuição efetivada pelo ZIMBRA	63
Em face de já constar encaminhamentos pertinentes	58
Resposta enviada pelo CORREIO	2



X - Total de Protocolos válidos, anônimos, discorrendo sobre:

Direito do cidadão reclamado	181
Contratação irregular	112
Concurso público estadual	106
Direito patrimonial reclamado	59
Concurso público municipal	43
Crimes	39
Atendimento (médico, hospital, clínica)	38
Direito a meio ambiente sadio	28
Atos envolvendo criança e adolescente	27
Precariedade em escola	25
Improbidade administrativa	25
Degradação do meio ambiente	23
Sobre ação em educação	20
Direito de consumidor desrespeitado	19
Transporte público	17
Acerca da Administração Ministerial	17
Merenda escolar	14
Transporte escolar	13
Irregularidade(s) em órgão público	12
Poluição sonora	8
Fornecimento de medicamentos	7
Pirâmides financeiras	7
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	6
Pedido convertido em diligência	5
Invasão de área pública	5
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	5
Outros	4
Concurso ou seleção no MP-PB	1
Problema em presídio	1
Telefonia celular	1



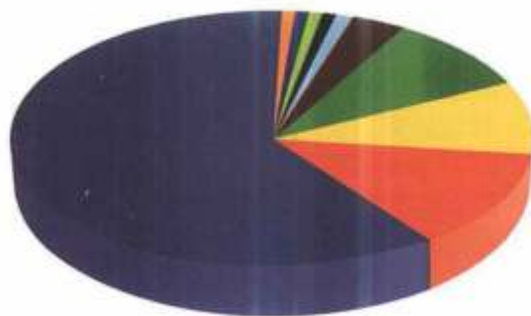
XI - Total de Protocolos válidos, identificados, discorrendo sobre:

Concurso público estadual	176
Direito do cidadão reclamado	141
Concurso público municipal	67
Direito de consumidor desrespeitado	34
Atendimento (médico, hospital, clínica)	33
Crimes	31
Contratação irregular	28
Direito a meio ambiente sadio	28
Direito patrimonial reclamado	25
Acerca da Administração Ministerial	18
Degradação do meio ambiente	16
Transporte público	15
Concurso ou seleção no MP-PB	12
Fornecimento de medicamentos	12
Improbidade administrativa	11
Sobre ação em educação	10
Pecariedade em escola	10
Atos envolvendo criança e adolescente	10
Poluição sonora	8
Pedido convertido em diligência	8
Invasão de área pública	7
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	5
Transporte escolar	4
Outros	4
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	4
Irregularidade(s) em órgão público	3
Planos de saúde	3
Pirâmides financeiras	2
Mérito de interesse de órgãos externo	2
Merenda escolar	2
Problema em presídio	1
Telefonia celular	1



XII - Total de manifestações por tipo

Denúncia	1023
Pedido de Informação	149
Representação	146
Reclamação	146
Orientação	62
Crítica	21
Elogio	15
Comentário	14
Sugestão	14
Apreciação	13



RELATÓRIO ANALÍTICO

2º SEMESTRE DO ANO 2012



MINISTÉRIO PÚBLICO
DA PARAÍBA
OUVIDORIA

Ofício nº 45/2013

João Pessoa, 16 de outubro de 2013

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor **Bertrand de Araújo Asfora**
Digníssimo Procurador-Geral de Justiça
Procuradoria-Geral de Justiça
NESTA

Senhor Procurador-Geral,

Com satisfação, para conhecimento de Vossa Excelência, encaminhamos, em anexo, o Relatório Analítico das manifestações recebidas nesta Ouvidoria no período compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro do ano de 2012.

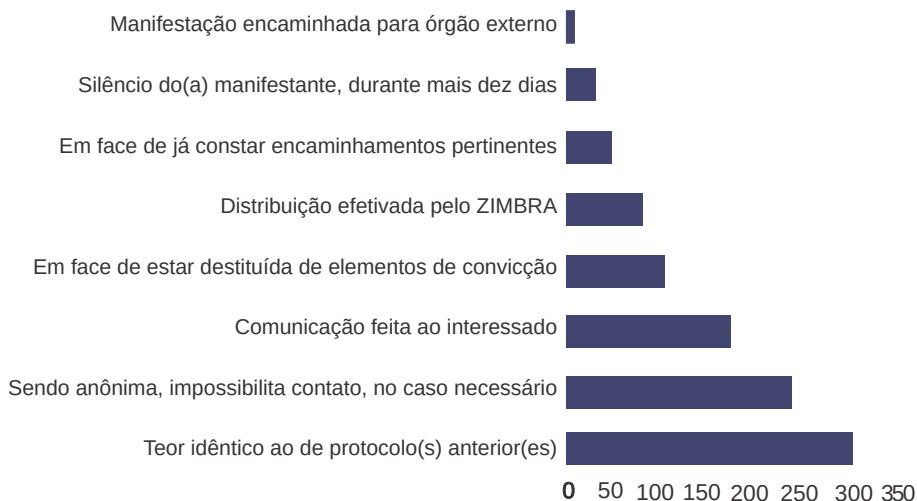
Atenciosamente,

Doriel Veloso Gouveia
Ouvidor do MP/PB

É este o segundo relatório analítico que estamos produzindo, relativo ao 2º semestre de 2012; tardiamente, como dissemos por ocasião do primeiro, relativo ao 1º semestre de 2013, porém não sem tempo de permitir a recuperação a que nos propomos. É a hora, então, de apresentar não somente, em detalhe, analiticamente, cada manifestação, mas também de nos permitir realizar uma abordagem comparativa entre os dados colhidos no 1º semestre de 2013 e aqueles colhidos do 2º semestre de 2012, este mesmo que, agora, em ordem cronológica inversa, estamos a oferecer para apreciação de todos e, sobretudo, do nosso gestor. Apontamos uma diferença entre o relatório do 1º semestre de 2013 e o do 2º semestre de 2012. E essa diferença reside, precisamente, a diversidade dos assuntos, a qual cresceu em sete itens em relação àquele relatório inicial. É que não houve tempo e conhecimento do desenvolvimento real dos assuntos, os quais somente apareceram com força e vigor suficientes a uma figuração, quando da realização do trabalho de atualização de nosso formulário eletrônico, para o fim específico da dissecação das manifestações ocorridas no 2º semestre de 2012. Não fora de tempo, então – insistimos em proclamar – o caminho é o de conduzir a uma recuperação, e ficamos conscientes dessa necessidade, não só doravante mantendo a regularidade dessa providência, semestralmente, como assim de buscar os protocolos válidos do nosso Formulário Eletrônico, desde o momento em que ele foi disponibilizado em nosso site, na Internet. Enfim, com este trabalho, estamos invadindo o terreno da Ouvidoria do terceiro estágio, da terceira geração, a geração madura que a conduz à condição de veículo capaz de instrumentalizar alguma melhoria na política e para a política de avaliação dos direitos sociais, cuja garantia é tarefa que a Constituição Federal nos reservou (art. 129, inciso II).

Anexo I - Relatório com os dados compreendidos entre o período de 01/07/2012 e 31/12/2012

I - Total de Protocolos válidos	1407
II - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas	772
III - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas para órgãos internos	712
IV - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas para órgãos externos	34
V - Total de Protocolos válidos com manifestações Identificadas	635
VI - Total de Protocolos válidos com manifestações identificadas para órgãos internos	583
VII - Total de Protocolos válidos com manifestações identificadas para órgãos externos	25
VIII - Total de Protocolos válidos com manifestações identificadas com pedido de sigilo	186



IX - Total de Protocolos válidos, liminarmente arquivados e os respectivos motivos:

Teor idêntico ao de protocolo(s) anterio(es)	273
Sendo anônima, impossibilita contato, no caso necessário	221
Comunicação feita ao interessado	146
Em face de estar destituída de elementos de convicção	99
Distribuição efetivada pelo ZIMBRA	72
Em face de já constar encaminhamentos pertinentes	42
Silêncio do(a) manifestante, durante mais de dez dias	25
Manifestação encaminhada para órgão externo	1

X - Total de Protocolos válidos, anônimos, discorrendo sobre:

Irregularidade(s) em órgão público	93
Concurso público municipal	69
Direito de consumidor desrespeitado	69
Outros	69
Matéria eleitoral	65
Direito patrimonial reclamado	52
Sobre ação em educação	38
Contratação irregular	32
Crimes	24
Serviço público deficiente	21
Concurso público estadual	20
Direito patrimonial reclamado	19

Direito a meio ambiente sadio	18
Atendimento (médico, hospital, clínica)	16
Acerca da Administração Ministerial	15
Transporte público	13
Envolvendo direito à saúde	13
Sobre a atuação de membro ou servidor	12
Invasão de área pública	12
Precariedade em escola	11
Problema em presídio	11
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	8
Improbidade administrativa	7
Poluição sonora	7
Mérito de interesse de órgãos externo	6
Atos envolvendo criança e adolescente	5
Concurso ou seleção no MP-PB	3
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	3
Degradação do meio ambiente	3
Planos de saúde	3
Fornecimento de medicamentos	2
Transporte escolar	2
Assunto pertinente à administração federal	2
Merenda escolar	1
Telefonia celular	1
Projeto do MP em ação	1
Pedido convertido em diligência	1



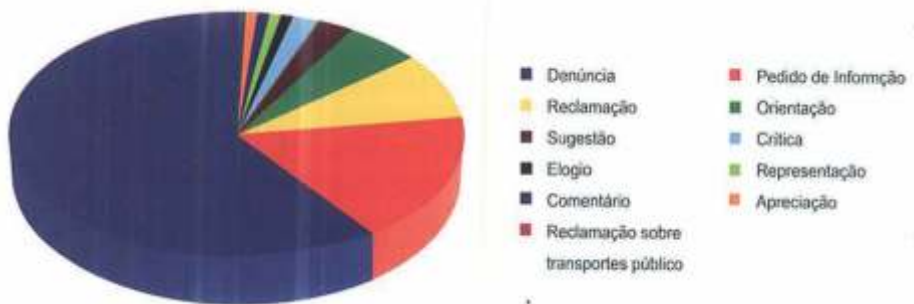
XI - Total de Protocolos válidos, identificados, discorrendo sobre:

Direito de consumidor desrespeitado	120
Concurso público municipal	68
Outros	47
Irregularidade(s) em órgão público	40
Direito do cidadão reclamado	36
Direito patrimonial reclamado	35
Concurso público estadual	27
Acerca da Administração Ministerial	25
Sobre ação em educação	21
Atendimento (médico, hospital, clínica)	17
Crimes	17
Direito a meio ambiente sadio	15
Contratação irregular	12
Concurso ou seleção no MP-PB	11
Transporte escolar	10
Transporte público	10
Poluição sonora	9
Invasão de área pública	9
Fornecimento de medicamentos	8
Matéria eleitoral	8
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	8
Sobre a atuação de membro ou servidor	8



Envolvendo direito à saúde	7
Atos envolvendo criança e adolescente	6
Assunto pertinente à administração federa	6
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	5
Serviço público deficiente	5
Telefonia celular	5
Pedido convertido em diligência	4
Projeto do MP em ação	3
Problema em presídio	2
Degradação do meio ambiente	1
Sobre descumprimento de decisão judicial	1
Improbidade administrativa	1
Telefonia fixa	1

XII - Total de manifestações por tipo:



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DADOS APURADOS

1º SEMESTRE 2013 E O 2º SEMESTRE 2012 SOBRE
AS MANIFESTAÇÕES IDENTIFICADAS E AS ANÔNIMAS

Manifestações: aspectos gerais	1º semestre 2013	2º semestre 2012	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Identificadas	733	635	C
Anônimas	870	722	C
Internas	782	712	C
Externas	86	34	C
Com pedido de sigilo	234	186	C
Arquivadas por 7 diferentes motivos	879	880	1

Manifestações identificadas

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2012	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Direito do consumidor desrespeitado	34	120	D
Concurso público municipal	67	68	I
Irregularidade(s) em órgão público	3	40	D
Direito do cidadão reclamado	141	36	C
Direito do patrimônio reclamado	25	35	D
Concurso público estadual	176	27	C
Acerca da administração Ministerial	18	25	D

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2012	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Sobre ação em educação	10	21	D
Atendimento (médico, hospital, clínica)	33	17	C
Crimes	31	17	C
Direito a meio ambiente sadio	28	15	C
Contratação irregular	28	12	C
Concurso ou seleção no MP-PB	12	11	I
Transporte escolar	4	10	D
Transporte público	15	15	C
Poluição Sonora	8	9	I
Invasão de área pública	7	9	I
Fornecimento de medicamentos	12	8	C
Matéria eleitoral		8	
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	4	8	D
Sobre atuação de membro ou servidor	0	8	D
Envolvendo direito à saúde	0	7	D
Atos envolvendo criança e adolescente	10	10	C
Assunto pertinente à administração federal	0	6	D
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	5	5	I

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2012	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Serviço público deficiente	0	5	D
Telefonia celular	1	5	D
Pedido convertido em diligência	8	4	C
Projeto do MP em ação	0	3	I
Problema em presídio	1	2	I
Degradação do meio ambiente	16	1	C
Sobre descumprimento de decisão judicial	0	1	I
Improbidade administrativa	11	1	C
Telefonia fixa		1	
Precariedade em escola	10	0	C
Planos de saúde	3	0	I
Pirâmide financeira	2	0	I
Mérito de interesse de órgão externo	2	0	I
Merenda escolar	2	0	I
Outros	4	47	D

Manifestações anônimas

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2012	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Direito do consumidor desrespeitado	19	69	D
Concurso público municipal	43	69	D
Irregularidade(s) em órgão público	12	93	D
Direito do cidadão reclamado	181	19	C
Direito patrimonial reclamado	59	52	C
Concurso público estadual	106	20	C
Acerca da administração Ministerial	17	15	I
Sobre ação em educação	20	38	D
Atendimento (médico, hospital, clínica)	38	16	C
Crimes	39	24	C
Direito a meio ambiente sadio	28	18	C
Contratação irregular	112	32	C
Concurso ou seleção no MP-PB	1	3	I
Transporte escolar	13	2	C
Transporte público	17	13	C
Poluição sonora	8	7	I
Invasão de área pública	5	12	D
Fornecimento de medicamentos	7	2	C
Matéria eleitoral	0	65	D

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2012	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	6	3	I
Sobre a atuação de membro ou servidor	0	12	D
Envolvendo direito à saúde	0	13	D
Atos envolvendo criança e adolescente	27	5	C
Assunto pertinente à administração federal	0	2	I
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	5	8	I
Serviço público deficiente	0	21	D
Telefonia celular	1	1	I
Pedido convertido em diligência	5	1	C
Projeto do MP em ação	0	1	I
Problema em presídio	1	11	D
Degradação do meio ambiente	23	3	C
Sobre descumprimento de decisão judicial	0	0	I
Improbidade administrativa	25	7	C
Telefonia fixa			
Mérito de interesse de órgão externo	0	6	D
Planos de saúde	0	3	I
Merenda escolar	14	1	C
Outros	4	68	D

RELATÓRIO ANALÍTICO

2º SEMESTRE 2013



MINISTÉRIO PÚBLICO
DA PARAÍBA
OUVIDORIA

Ofício nº 02/2014

João Pessoa, 15 de janeiro de 2014

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor **Bertrand de Araújo Asfora**
Digníssimo Procurador-Geral de Justiça
Procuradoria-Geral de Justiça
NESTA

Senhor Procurador-Geral,

Com satisfação, para conhecimento de Vossa Excelência, encaminhamos, em anexo, o Relatório Analítico das manifestações recebidas nesta Ouvidoria no período compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2013.

Atenciosamente,

Doriel Veloso Gouveia
Ouvidor do MP/PB

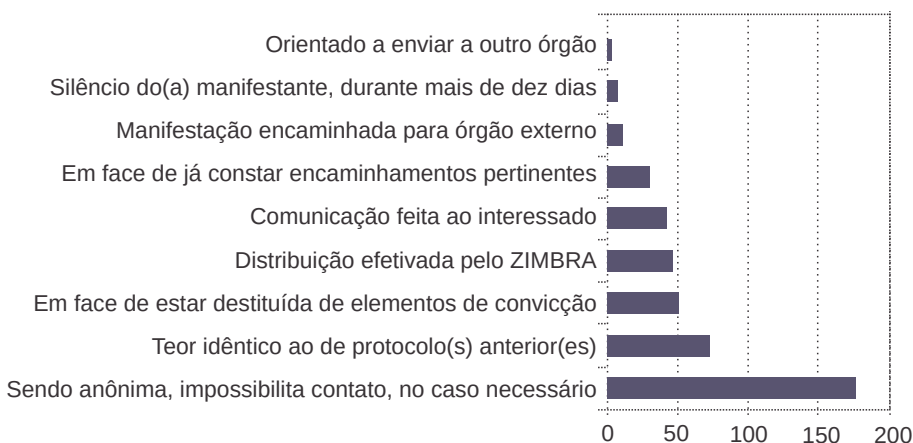
Na rotina de todos os dias, chegam-nos variados assuntos que, nesse semestre recém-findo, são, aqui e agora, agrupados, de forma analítica. Isto permite ao gestor visualizar o comportamento dos cidadãos em relação ao Ministério Público, sobre o que dele pensam e o que ele pode solucionar. Sabido é que, na linha de atuação individual, a atuação do MP é possível, numa frequência, porém, nunca comparada à da sua atuação social, em sede e direitos difusos. Com essas considerações, deixa-se à apreciação da gestão sobre a melhor e mais eficaz diretriz que possa adotar em face das manifestações cidadãs, aqui tomadas neste conjunto analítico. Importante é registrar que, neste passo presente, em processo evolutivo (*ou involutivo*) já é possível se adotar postura crítica, ante a “*dança dos números*”. Sim, pois este é já o terceiro relatório semestral analítico. Quando da apresentação do segundo relatório desta espécie, referente ao segundo semestre de 2012, foi-nos possível apresentar um comparativo dele com os números apurados no primeiro relatório apresentado, que foi o do primeiro semestre de 2013. Agora, pois, nesta presente ordem, “**2º semestre 2012**”, “**1º semestre 2013**” e “**2º semestre 2013**”, vamos ver e sentir onde se opera **acréscimo**, **diminuição** ou mesmo **estagnação** do assunto estampado no relatório por participação espontânea de cidadãos e cidadãs, numa projeção de tempo que envolve três semestres seguidos. Um conjunto como este é, sem dúvida, um marco que servirá de comparação com outros marcos temporais, no curso de outros futuros relatórios analíticos que venham a ser apresentados; até que as comparações saiam do marco semestral para o anual, abrindo, destarte, o leque das observações possíveis, como dado científico importante a permitir a exata mensuração da participação cidadã, veia mestra da democracia participativa.

Relatório com os dados compreendidos entre o período de 01/07/2013 e 31/12/2013

I - Total de Protocolos válidos	1257
II - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas	644
III - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas para órgãos internos	428
IV - Total de Protocolos válidos com manifestações anônimas para órgãos externos	51
V - Total de Protocolos válidos com manifestações Identificadas	613
VI - Total de Protocolos válidos com manifestações identificadas para órgãos internos	339
VII - Total de Protocolos válidos com manifestações identificadas para órgãos externos	124
VIII - Total de Protocolos válidos com manifestações identificadas com pedido de sigilo	614

IX - Total de Protocolos válidos liminarmente arquivados e os respectivos motivos:

Sedo anônima, impossibilita contato, no caso necessário	176
Teor idêntico ao de protocolo(s) anterior(es)	73
Em face de estar destituída de elementos de convicção	50
Distribuição efetivada pelo ZIMBRA	46
Comunicação feita ao interessado	41
Em face de já constar encaminhamentos pertinentes	29
Manifestação encaminhada para órgão externo	10
Silêncio do(a) manifestante, durante mais de dez dias	6
Orientado a enviar a outro órgão	1



X - Total de Protocolos válidos, anônimos, discorrendo sobre:

Direito do cidadão reclamado	69
Irregularidade(s) em órgão público	68
Outros	33
Direito patrimonial reclamado	31
Sobre ação em educação	29
Contratação irregular	24
Direito a meio ambiente sadio	21
Crimes	20
Atendimento (médico, hospital, clínica)	18
Concurso público municipal	18
Sobre a atuação de membro ou servidor	17
Serviço público deficiente	16
Envolvendo direito à saúde	15
Mérito de interesse de órgão externo	9
Concurso público estadual	9
Direito de consumidor desrespeitado	9
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	8
Transporte escolar	7
Degradação do meio ambiente	7
Atos envolvendo criança e adolescente	6
Poluição sonora	6
Assunto pertinente à administração federal	5
Exploração em trabalho	3
Improbidade administrativa	3
Merenda escolar	3
Precariedade em escola	3
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	3
Concurso ou seleção no MP-PB	3
Invasão de área pública	2
Pirâmides financeiras	2
Acerca da Administração Ministerial	2
Sobre ação social de governo, órgão público	2
Problema em presídio	2
Pedido convertido em diligência	2
Provimento judicial demorado	2
Transporte público	1
Telefonia celular	1

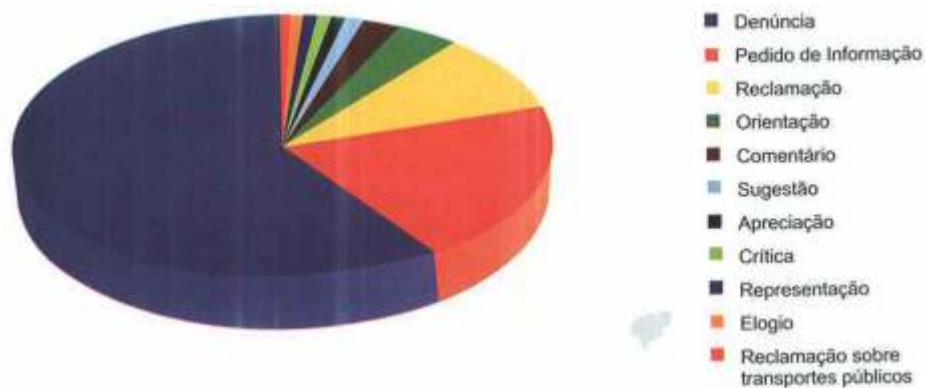


XI - Total de Protocolos válidos, identificados, discorrendo sobre:

Direito do cidadão reclamado	69
Concurso público municipal	38
Outros	32
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	28
Direito de consumidor desrespeitado	28
Direito patrimonial reclamado	27
Crimes	23
Irregularidade(s) em órgão público	22
Concurso público estadual	20
Direito a meio ambiente sadio	17
Concurso ou seleção no MP-PB	16
Acerca da Administração Ministerial	16
Pedido convertido em diligência	15
Atendimento (médico, hospital, clínica)	14
Contratação irregular	13
Sobre ação em educação	12
Envolvendo direito à saúde	9
Assunto pertinente à administração federal	9
Assunto individual a ser solucionado por meio de advogado	7
Fornecimento de medicamentos	6
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	6
Degradação do meio ambiente	5
Sobre a atuação de membro ou servidor	5
Mérito de interesse de órgão externo	5
Provimento judicial demorado	4
Serviço público deficiente	4
Pirâmides financeiras	4
Atos envolvendo criança e adolescente	2
Problema em presídio	2
Invasão de área pública	2
Matéria tributária	2
Telefonia celular	2
Transporte público	2
Planos de saúde	2
Poluição sonora	1
Sobre descumprimento de decisão judicial	1
Sonegação Fiscal	1
Improbidade administrativa	1



Denúncia	815
Pedido de Informação	182
Reclamação	131
Orientação	44
Comentário	16
Sugestão	15
Apreciação	15
Crítica	15
Representação	14
Elogio	5
Reclamação sobre transportes públicos	5



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DADOS APURADOS

1º SEMESTRE 2013 E O 2º SEMESTRE 2013 SOBRE
AS MANIFESTAÇÕES IDENTIFICADAS E AS ANÔNIMAS

Manifestações: aspectos gerais	1º semestre 2013	2º semestre 2013	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Identificadas	733	613	D
Anônimas	870	644	D
Internas	1208	767	D
Externas	337	175	D
Com pedido de sigilo	234	614	C
Arquivadas por diferentes motivos	879	432	D

Manifestações identificadas

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2013	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Direito do cidadão reclamado	141	60	D
Concurso público municipal	67	38	D
Outros	4	32	C
Demora do MP em oficial feito de sua atribuição	4	28	C
Direito do consumidor desrespeitado	34	28	D
Direito patrimonial reclamado	25	27	I
Crimes	31	23	D
Irregularidade(s) em órgão público	3	22	C
Concurso público estadual	176	20	D
Direito a meio ambiente sadio	28	17	D
Concurso ou seleção no MP-PB	12	16	C
Acerca da administração Ministerial	18	16	I
Pedido convertido em diligência	8	15	C
Atendimento (médico, hospital, clínica)	33	14	D
Contratação irregular	28	13	D
Sobre ação em educação	10	12	I
Envolvendo direito à saúde	0	9	C
Assunto pertinente à administração federal	0	9	C

Manifestações identificadas

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2013	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Assunto individual a ser solucionado por meio de advogado	0	7	C
Fornecimento de medicamentos	12	6	D
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	5	6	I
Degradação do meio ambiente	16	5	D
Sobre a atuação de membro ou servidor	0	25	C
Mérito de interesse de órgão externo	2	5	I
Provimento judicial demorado	0	4	C
Serviço público deficiente	0	4	C
Pirâmides Financeiras	2	4	I
Atos envolvendo crianças e adolescente	10	2	D
Problema em presídio	1	2	I
Invasão de área pública	7	2	D
Matéria tributária	0	2	I
Telefonia celular	1	2	I
Transporte público	15	2	D
Planos de saúde	3	2	I
Poluição sonora	8	1	D
Sobre descumprimento de decisão judicial	0	1	I
Sonegação Fiscal	0	1	I
Improbidade administrativa	11	1	D
Precariedade em escola	10	1	D
Transporte escolar	4	1	D
Merenda escolar	2	1	I

Manifestações Anônimas

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2013	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Direito do cidadão reclamado	181	69	D
Irregularidade(s) em órgão público	12	68	C
Outros	4	33	C
Direito patrimonial reclamado	59	31	D
Sobre ação em educação	20	29	C
Contratação Irregular	112	24	D
Direito a meio ambiente sadio	28	21	D
Crimes	39	20	D
Atendimento (médico, hospital, clínica)	38	18	D
Concurso público municipal	43	18	D
Sobre a atuação de membro ou servidor	0	17	C
Serviço público deficiente	0	16	C
Envolvendo direito à saúde	0	15	C
Mérito de interesse de órgãos externo	0	9	C
Concurso público estadual	106	9	D
Direito de consumidor desrespeitado	19	9	D
Mensagem prejudicada pela exagerada concisão	5	8	I
Transporte Escolar	13	7	D
Degradação do meio ambiente	23	7	D
Atos envolvendo criança e adolescente	27	6	D
Poluição sonora	8	6	I
Assunto pertinente à administração federal	0	5	C
Exploração em trabalho	0	3	I
Improbidade administrativa	25	3	D
Merenda escolar	14	3	D
Precariedade em escola	25	3	D
Demora do MP em oficiar em feito de sua atribuição	6	3	I
Concurso ou seleção no MP-PB	1	3	I
Invasão de área pública	5	2	I

Manifestações Anônimas

Manifestações: por assuntos	1º semestre 2013	2º semestre 2013	Comparação: crescimento, diminuição, irrelevante=C,D,I
Pirâmides financeiras	7	2	D
Acerca da Administração Ministerial	17	2	D
Sobre ação social de governo, órgão público	0	2	I
Problema em presídio	1	2	I
Pedido convertido em diligência	5	2	I
Provimento judicial demorado	0	2	1
Transporte público	17	1	D
Telefonia celular	1	1	I
Fornecimento de medicamento	7	0	D



MINISTÉRIO PÚBLICO
DA PARAÍBA
OUVIDORIA

Pelo Gestor
Encaminhamentos e avaliações
(recomendadas)

- à Secretaria de Planejamento e Gestão
- ao Centro de Apoio Operacional do Consumidor
- ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
- ao Centro de Apoio Operacional da Educação
- ao Centro de Apoio Operacional da Saúde
- ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio
- ao Centro de Apoio Operacional Criminal
- ao Centro de Apoio Operacional Cível
- ao Centro de Apoio Operacional do Cidadão
- ao Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente
- ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

João Pessoa, 20 de fevereiro de 2014

Bertrand de Araújo Asfora
Procurador-Geral de Justiça

Apresentar, em períodos de tempo, em semestres, mais propriamente, o despertar de cidadãos e de cidadãs no afã de exercitarem a democracia participativa; eis a finalidade perseguida com a publicação em tela, de modo a facilitar a compreensão desse fenômeno, em relação ao qual tantos de nós dele não nos damos conta: a democracia participativa. É que, numa constância sufocante, a lógica do sistema de representação nos assedia e nos torna distraídos de forma tal que a lógica da participação, tão importante quanto aquela, às vezes, compreensivelmente, termina relegada, esquecida. Ainda bem que, em nossos tempos, de forma disciplinada, se colhe esse mover de cidadãos e e cidadãs, por meio de instrumentos fundamentais dessa participação democrática, que são os Comitês Gestores, os Orçamentos Participativos, as Ouvidorias. No nosso caso, então, na Ouvidoria, se parte para a análise dessa participação que chamamos de manifestação, em variados aspectos: internas, externas, anônimas, identificadas, sigilosas quanto à identificação do manifestante, enfim os diversificados assuntos nelas abordados e o comparativo entre diferentes semestres, acusando crescimento, diminuição ou mesmo estagnação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DA PARAÍBA
OUVIDORIA